

TEMPO E ESTRATÉGIAS NO COTIDIANO DAS MULHERES NO BRASIL

GABRIELA PECANTET SIQUEIRA¹; MARILIS LEMOS DE ALMEIDA²

¹*Universidade Federal de Pelotas – gabrielapecantet@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – marilis_almeida@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

As interdependências sociais são essenciais para a sustentação da vida humana, uma vez que nenhum indivíduo ou grupo é completamente autossuficiente (JIRÓN e GÓMEZ, 2018; BUTLER, 2019). O bem-estar e a manutenção da vida das pessoas dependem das relações de trabalho, cuidado e troca que estabelecem entre si. No contexto neoliberal, essas interdependências são reconhecidas e valorizadas de forma desigual: enquanto algumas recebem proteção e reconhecimento, outras são invisibilizadas e têm suas vulnerabilidades exploradas, sem que sua contribuição social seja devidamente reconhecida (BUTLER, 2019). Segundo Butler (2019), isso ocorre devido a dinâmicas de poder, que priorizam certos grupos e desvalorizam outros.

A gestão do tempo cotidiano das mulheres é profundamente atravessada pelas relações de poder patriarcais e capitalistas, que se expressam na divisão sexual do trabalho. Essa divisão hierarquiza e valoriza desigualmente o tempo dedicado às atividades produtivas e remuneradas, de um lado, e, de outro, às atividades vinculadas à reprodução social e de manutenção da vida (ÁVILA, 2004). As atividades de cuidado, que recaem majoritariamente sobre as mulheres, são essenciais para a reprodução social, vitais para a sociedade e constituem uma infraestrutura imprescindível para o funcionamento da economia e para a continuidade da vida e produção de bem-estar. Contudo, elas são relegadas ao espaço invisível e desvalorizado, sequer são reconhecidas como trabalho e, são portanto desprotegidas do ponto de vista dos direitos.

Nas experiências individuais das mulheres, a gestão do tempo varia significativamente uma vez que se interseccionam hierarquias de poder e outros sistemas de subordinação tais como classe, raça, território e geração, entre outros marcadores sociais das diferenças (COLLINS e BILGE, 2020). Em contrapartida, as mulheres constroem estratégias de resistência individuais e coletivas em seus cotidianos ao buscarem alternativas. Parafraseando parte da definição de cuidado de Fisher e Tronto (1990, p. 40, *apud* GUIMARÃES, 2024), “para manter, continuar e reparar nosso “mundo”, de modo que nele possamos viver da melhor forma possível”. Isso significa gerir responsabilidades, gerar renda, montar uma teia complexa para sustentar a sua vida e dos seus, que envolve a mobilização de redes de apoio integrada por parentes, vizinhança e comunidade.

Essas estratégias transformam o cotidiano em um espaço de resistência e fortalecem redes de solidariedade, mas também suscitam algumas questões: até que ponto essas estratégias são sustentáveis a longo prazo, e até que ponto elas realmente desafiam as estruturas que geram a desigualdade? Ou estaríamos

girando em um mesmo círculo, no qual a liberação do tempo de algumas mulheres, implica que o trabalho reprodutivo seja assumido por outras mulheres? E para além da “sobrevivência” estrita é possível usufruir o tempo em atividades de lazer e autocuidado, sem que sejam atravessadas por julgamentos morais, uma vez que o cuidado continua sendo visto como uma responsabilidade exclusivamente das mulheres? O objetivo desta escrita foi tecer reflexões, desde uma perspectiva interseccional, sobre a organização do tempo cotidiano das mulheres – a partir da noção de que a divisão sexual do trabalho resulta em uma limitação de descanso e oportunidades – e como elas também desenvolvem formas de resistência com estratégias cotidianas.

2. METODOLOGIA

Este trabalho é fruto dos diálogos estabelecidos na disciplina *Trabalho de Cuidado – Perspectiva Interseccional*, ofertada no segundo semestre de 2024, no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPel. A metodologia utilizada incluiu, além dos artigos, textos e vídeos disponibilizados na disciplina, uma pesquisa bibliográfica exploratória, focada em estudos que discutem a divisão sexual do trabalho, as estratégias cotidianas de mulheres e o trabalho de cuidado. As buscas foram realizadas em setembro e outubro de 2024 em bases de dados acadêmicas do Google Scholar, SciELO e da plataforma Periódicos CAPES.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sobrecarga no trabalho reprodutivo – atividades relacionadas ao cuidado, à manutenção do lar, à educação dos filhos, ao cuidado dispensado aos pais – recai de maneira desigual sobre as mulheres, especialmente aquelas de classes populares e negras, que enfrentam múltiplas opressões e menor acesso a serviços (GONZALEZ, 2020; PICANÇO; ARAÚJO; COVRE-SUSSAI, 2021). Essa sobrecarga afeta a saúde física e mental, além de restringir oportunidades de participação no mercado de trabalho, principalmente em posições de maior prestígio ou em setores que exigem longas jornadas ou flexibilidade de horários, assim como limita o tempo disponível para si (de lazer ou autocuidado).

Em relação ao tempo produtivo, as mulheres, em média, têm menos tempo disponível para se dedicar a atividades remuneradas ou de qualificação profissional. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (IBGE, 2023), no tema Outras Formas de Trabalho, em 2022, enquanto as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas, os homens gastaram 11,7 horas. Quando considerada a dimensão racial, as mulheres pretas ou pardas dedicaram 1,6 hora a mais por semana nessas tarefas do que as brancas.

De acordo com um estudo conduzido pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made) da USP sobre o custo da maternidade no Brasil, em 2022, aproximadamente 6,8 milhões de mulheres negras e 4,3 milhões de mulheres brancas deixaram de participar da força de trabalho para se

dedicarem ao cuidado dos filhos e à manutenção da casa, embora desejassem estar no mercado de trabalho (RESENDE; TAIOKA; PIRES; SALIBA, 2024).

As mulheres formulam estratégias para gerir o tempo cotidiano a partir de uma leitura que fazem das necessidades e possibilidades em seus contextos, o que pode incluir o acesso limitado a recursos e conflitos em diferentes graus em relação às demandas de trabalho produtivo e reprodutivo. Em muitos casos, essas estratégias não são individuais, mas coletivas, envolvendo a criação de redes de apoio com outras mulheres que compartilham experiências de vida semelhantes, como mães atípicas, cuidadoras ou moradoras de áreas periféricas (ROVERE, 2023; FAUR, 2024).

Essas redes de apoio ou solidariedade funcionam como uma forma de resistência à vulnerabilidade não protegida e reconhecida de suas vidas (BUTLER, 2019), permitindo que as mulheres redistribuam suas responsabilidades e aliviam a pressão causada pela carga de responsabilidade atribuídas a elas, nem sempre acompanhado de apoio ou suporte infraestrutural. As trocas que ocorrem dentro dessas redes nem sempre são financeiras; muitas vezes envolvem trocas de tempo, favores ou cuidados, criando um ciclo de ajuda mútua (BARBOSA; MOURA JÚNIOR; XIMENES, 2021).

Por outro lado, é necessário reconhecer os limites dessas estratégias. Embora as redes de apoio sejam eficazes em muitos casos, elas não resolvem as questões estruturais que perpetuam a desigualdade de gênero e a perda de oportunidades das mulheres no mercado de trabalho. Tampouco, colocam em questão a urgência na redistribuição de cargas de cuidado no âmbito familiar, tensionando a divisão sexual do trabalho. Da mesma forma, não promovem a necessária externalização do cuidado, o que demanda maior responsabilização do Estado perante a reprodução social.

A solução para esses problemas exige mudanças mais profundas nas estruturas sociais, políticas e econômicas, que incluem a promoção de igualdade de oportunidades e a redistribuição justa das responsabilidades domésticas entre homens e mulheres.

4. CONCLUSÕES

A sobrecarga de trabalho produtivo, cuidados domésticos e responsabilidades familiares, reforça as desigualdades estruturais que atravessam a vida das mulheres, especialmente das mulheres negras. A jornada intensa de trabalho restringe o tempo de vida das mulheres sem compensá-las adequadamente, o que afeta a saúde, lazer e desenvolvimento pessoal. A exploração das vidas das mulheres com o trabalho reprodutivo, sem o devido reconhecimento da sua importância na interdependência social, inviabiliza o reconhecimento pleno da vida em si, promovendo a precarização dessas existências.

As estratégias e as maneiras de gestão do tempo pelas mulheres brasileiras apontam para uma dimensão fundamental da luta por equidade de gênero: o tempo. O tempo é um recurso valioso e sua distribuição desigual reflete as desigualdades de poder que persistem na sociedade. As redes de apoio são uma

resposta essencial para lidar com a intensa jornada de trabalho e, sobretudo, em contextos de ausência ou insuficiência de políticas públicas, mas também podem invisibilizar a responsabilidade do Estado em prover suporte social adequado. Essas desigualdades revelam a necessidade de repensar as políticas públicas e as normas sociais que ainda naturalizam a divisão sexual do trabalho e relega às mulheres a responsabilidade primária pelo cuidado e pela reprodução da vida.

Este texto foi orientado por questionamentos reflexivos que, embora não tenham gerado respostas definitivas, permitiram compreender a gestão do tempo como um problema político e a articulação de redes apresenta-se como uma possibilidade de resistência no cotidiano.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, M. Vida cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres. In.: **Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. 2004.

BARBOSA, V.; MOURA JÚNIOR, J. F.; XIMENES, V. M. Relações comunitárias de mulheres em situação de pobreza no interior do Nordeste brasileiro. **Psicologia Argumento**, v. 39, n. 107, p. 1077–1105. 2021.

BUTLER, J. **Vidas Precárias**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica. 2019.

COLLINS, P. Hill.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

FAUR, E. El trabajo de cuidado comunitario. De la invisibilidad al reclamo de derechos. In: **La sociedad del cuidado y políticas de vida**. CLACSO. Instituto Nacional de las Mujeres, México. April, p.93-134, 2024.

GUIMARÃES, N.. A "crise do cuidado" e o cuidado na crise. **Revista Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v.14, n. 1, p. 2-22. 2024.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômico. In.: RIOS, F.; LIMA, M. (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Outras formas de trabalho 2022. **Biblioteca IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE. 2023.

JIRÓN, P.; GÓMEZ, J. Interdependência, cuidado e gênero: estratégias de mobilidade na cidade de Santiago. **Tempo Social**, v. 30, n°. 2, p. 55-72, 2018.

PICANÇO, F.; ARAÚJO, C.; COVRE-SUSSAI, M. Papéis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil: outros olhares sobre as desigualdades. **Revista bras. Est. Pop.**, v. 38, p. 1-31, 2021.

RESENDE, A.; TAIOKA, T.; PIRES, L.; SALIBA, C. **Custo da maternidade no Brasil**: as múltiplas consequências do trabalho de cuidado não remunerado realizado por mulheres. São Paulo: Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made/USP). Nota de Política Econômica, n. 51, 2024.

ROVERE, T. **Territórios de (re)existência**: cidades, mulheres e as redes de cuidado como subversão da política pública habitacional. 2023. 213 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) — Universidade de Santa Cruz do Sul, 2023.